

Sobre lutas e memórias: a luta pela terra na Baixada Fluminense nas memórias de José Pureza e Bráulio Rodrigues (1950-1964)

Felipe de Melo Alvarenga e Henrique de Bem Lignani

Instituto de História - UFRJ

Orientadora: Manoela da Silva Pedroza

Instituto de História - UFRJ

Palavras-chave:

Memória; Luta pela terra; Baixada Fluminense; Experiências individuais.

O presente trabalho busca discutir a importância das experiências individuais e o correlativo processo de construção de memórias de indivíduos durante determinado contexto histórico. No caso específico em estudo, trata-se do período compreendido entre as décadas de 1950 e 1960, envolvendo o movimento de lutas pela terra na região da Baixada Fluminense, a partir das trajetórias de vida de duas lideranças que realizaram o trabalho político de organização dos lavradores naquela região, a saber: José Pureza da Silva e Bráulio Rodrigues dos Santos. As referidas biografias e memórias foram publicadas nos anos de 1982 e 2008, respectivamente, por pesquisadores interessados em investigar os movimentos sociais no campo, no contexto em que o campesinato se tornou um ator político relevante no espaço público mais amplo.

Para dar conta de tal pretensão, utiliza-se como apoio teórico as vociferações de Michael Pollak (1989, 1992) e as suas respectivas críticas a Maurice Halbwachs (2004). Segundo Pollak, a memória individual possui importância histórica diferentemente do que aponta Halbwachs, já que para este autor somente a memória coletiva/social possui relevância, visto que, influenciado pela escola durkheimiana, interpreta a memória de maneira quase institucional e forjada para manter a coesão social de um grupo ou de uma nação. Para Pollak, a memória é a todo momento construída e “rearranjada”, passando por um processo contínuo de *enquadramento da memória*.

Neste caso, a relação entre a memória individual e a coletiva nem sempre se dá através de uma “conciliação” (segundo Halbwachs). Por outro lado, essa relação, muitas

vezes, é calcada em conflitos, na qual uma memória coletiva/social busca a todo momento “enquadrar” uma memória individual, para continuar mantendo a coesão e o sentimento de pertencimento a um grupo ou a uma nação. Por isso a memória não é “congelada”/dada como uma instituição já coesa e pronta; ela é fruto de um processo de construção histórica que se readapta a todo momento.

Por este motivo, entende-se que esta interpretação que considera a relevância e a construção de memórias individuais pode nos servir de base para entender de que forma as fontes selecionadas nos auxiliam a entender as lutas pela terra na Baixada Fluminense e a própria trajetória de vida de atores que lá realizavam sua militância.

Outra contribuição de Pollak que nos ajuda a compreender essas trajetórias de vida seria a de *memória subterrânea*, já que tais indivíduos não seriam considerados “típicos” para entendermos o contexto histórico do Brasil nesse momento. Ou seja, seriam indivíduos comuns que relatam suas experiências “isoladas” de vida e das lutas dos trabalhadores rurais em seu estado. Isto não quer dizer que seja desimportante para produção de conhecimento científico, ao contrário, pois se está aqui valorizando as experiências individuais comuns para melhor compreender o contexto histórico em análise.

Neste ínterim, a região da Baixada Fluminense deve ser contextualizada, já que se constitui como o cenário privilegiado para acessar a atuação desses indivíduos. A referida região, durante muito tempo, foi ocupado pelos chamados *posseiros* que se instalaram em terras “abandonadas” (ou seja, sem proprietários fixos) e muitos trabalhavam em terras dos *núcleos de colonização* típicos do governo de Getúlio Vargas. Porém, a partir da década de 1950, com as obras de saneamento e de construção civil capitaneadas pelo governo estadual e federal, e por conta da especulação imobiliária que revalorizou àquelas terras, uma série de interesses envolvidos começaram a se tornar mais presentes na região (GRYNSZPAN, 1987; PEDROZA, 2003).

Proprietários rurais absenteístas e grileiros se tornaram atores frequentes no processo de apropriação daquelas terras e, logo, expropriação dos posseiros que ali viviam. O *grileiro* seria aquele indivíduo que se apropria da terra sem ao menos possuir títulos formais de propriedade, apresentando, neste caso, documentos falsos.

Segundo Mário Grynszpan (1987) o fenômeno da *grilagem* funciona como um “elemento externo” que catalisa um processo de lutas por parte dos antigos posseiros,

iniciando-se assim um processo de crescente enrijecimento e expansão das relações horizontais que ajudariam a conformar uma identidade camponesa comum baseada na luta pela terra em confronto com as pretensões de grileiros e de proprietários de terra absenteísta. José Pureza e Bráulio Rodrigues, neste caso, vivenciavam essa situação mencionada, atuando no sentido de mediar os conflitos e de fomentar a criação e o fortalecimento desta identidade camponesa.

Para isso, estes *mediadores* vinculados ao Partido Comunista do Brasil (PCB) intentavam organizar estes lavradores em luta pela terra nesta região. A dificuldade desta tarefa era materializada nas barreiras que o Ministério do Trabalho impunha no processo de regularização e de reconhecimento oficial dos sindicatos localizados nas zonas rurais. Esta situação era um claro exemplo de *exclusão política* vivenciado pelos trabalhadores rurais de todo o Brasil, não sendo diferente da situação dos lavradores fluminenses (O'DWYER, 1988).

A alternativa encontrada por Pureza e Bráulio seria a organização destes lavradores em *associações civis* regulamentadas pelo Código Civil Brasileiro. Em suas memórias, é possível perceber um esforço dedicado a este trabalho de organização, sendo interessante notar a evolução que se materializa na forma de *pressão* para que estas associações se fortaleçam e que mais indivíduos façam parte delas. Esta evolução organizativa, em suas memórias, é perceptível quando estes mediadores se empenham na formação de uma Federação estadual que congregasse todas estas associações, a chamada Federação das Associações dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ). Na década de 1960, esta *pressão* contribui para que as associações finalmente sejam reconhecidas em sindicatos rurais reconhecidos pelo Ministério do Trabalho.

Pureza relata que, em algumas vezes, perto dessas associações, se instalavam postos policiais a fim de reprimir as reuniões das organizações. É bem comum a lembrança, nas duas memórias, da denúncia do poder policial e judicial, que, em muitos casos, coadunavam interesses com os grileiros e os proprietários de terra. Por outro lado, Bráulio relata alguns casos nos quais “advogados do povo” protegiam judicialmente os posseiros em luta.

Outro aspecto notado, segundo as memórias, é que a luta envolvia toda a família. Nas associações, uma Comissão Feminina foi fundada. Além disso, os operários da

cidade, em momentos específicos, também ajudavam os lavradores fluminenses nas suas lutas.

As lutas pela terra eram baseadas em ocupações de terra. A tática utilizada pelos camponeses e militantes que ali se encontravam era basicamente a reclamação do direito de *usucapião*, pressionando o poder Judiciário. Era preciso ficar, logo, determinado tempo ocupando a terra. Em alguns casos, se apelava, inclusive, para ocupações armadas, havendo conflitos com a polícia e com os jagunços que trabalhavam para os proprietários de terra. Por outro lado, esta tática se mostrou ineficaz já que era muito difícil permanecer na terra por tanto tempo. A luta pela terra, nas lembranças de José Pureza e de Bráulio Rodrigues, começava a ser estrategicamente voltada para a desapropriação da terra, pressionando-se, agora, o poder Executivo (PUREZA, 1982; GRYNZSPAN, 1987).

Porém, Pureza e Bráulio reconheciam a necessidade de se aliar com outros mediadores a fim de atender as demandas destes lavradores em luta. Em alguns casos, as memórias evidenciam até mesmo uma “distância” construída em relação ao PCB, já que nem sempre as orientações partidárias eram efetivadas na prática. Neste momento, Bráulio Rodrigues, por exemplo, se desliga do partido; assim como José Pureza que constrói uma memória na qual se reconhecia como um ser altruísta e autônomo, sem maiores ligações com o PCB.

É interessante perceber que os diferentes atores sociais, a saber: a Igreja (através da Federação dos Círculos Operários Fluminenses - FCOF), o governo do RJ (através da Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro – FLERJ), o ex-deputado Tenório Cavalcanti e a própria FALERJ do PCB, estariam disputando a representação do campesinato em luta. Essas disputas políticas de *mediação* poderiam, segundo Grynszpan (1987), estar refletindo na própria mobilização e radicalização das ações dos posseiros. O Rio de Janeiro e os sertões cariocas (PEDROZA, 2003) pareciam um “barril de pólvora” a ponto de explodir (GRYNZSPAN, 1987).

Com o golpe de 1964, o cenário anterior de lutas pela terra e a atuação de ambos os líderes sindicais se altera. Estes mediadores relatam a repressão/perseguição que sofreram. Para eles, foi um período de grandes arbitrariedades, já que nem sempre eram perseguidos por policiais e militares, mas sim por jagunços que agora poderiam reprimi-

los com maior facilidade dado o contexto do país. O nomadismo e o “ter que sumir” é lembrado por eles também. A federação sindical ficou a cargo da Igreja.

Dessa forma, junto com os trabalhos científicos de especialistas, podemos elucidar a importância das experiências individuais de atores históricos da época em questão para o entendimento e a melhor compreensão do objeto ao qual se quer analisar.

Bibliografia

GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. 1987. 367 f. Dissertação (mestrado em Antropologia Social)-PPGAS/MN UFRJ: Rio de Janeiro, 1987.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Centauro: São Paulo, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 1995. 271 f. Tese (doutorado em Ciências Sociais)-PDCS/UNICAMP: Campinas, 1995.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *Da proletarianização renovada à reinvenção do campesinato*. 1988. 370 f. Tese (doutorado em Antropologia Social)-PPGAS/MN UFRJ: Rio de Janeiro, 1988.

PEDROZA, Manoela. *Terra de resistência: táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas (1950-1968)*. 2003. 275 f. Dissertação (mestrado em História)-PPGH/UFRGS: Rio Grande do Sul, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n.º 3, 1989. pp. 3-15.

PUREZA, José. *Memória camponesa*. (Org.) O'DWYER, Eliane Cantarino. Editora: Marco Zero, 1982.

SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*. (Org.) MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. Editora: Mauad, 2008.